

arquivo



administração

**PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS**

**V. 8, N. 1, jan./jun. 2009**



Fas. 75707 Clas. PER  
Arquivo & Administração  
v.8 n.1  
jan./jun. 2009 ex.2

## O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos – CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos – ALA.

## Principais Objetivos

- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos, mesas-redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

## Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congressos, seminários, cursos e palestras;
- Cursos in company específicos para atender às necessidades da empresas.

## Quadro Associativo

Podem ser admitidos como Sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.

 **Associação dos  
Arquivistas  
Brasileiros**

aab@aab.org.br  
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903  
CEP: 20.210-030 - Centro - Rio de Janeiro  
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

# arquivo & administração

v. 8, n. 1

jan./jun. 2009

## SUMÁRIO

EDITORIAL	3	<i>Lucia Maria Velloso de Oliveira</i>
ARTIGOS	5	Os desafios para desenvolver um glossário comum para diferentes países e línguas no âmbito do Projeto INTERPARES 3: alguns exemplos da experiência do TEAM Brasil <i>Claudia Lacombe Rocha</i>
	21	Padronizar, normalizar e definir pontos de acesso: o desafio da indexação arquivística <i>Isabel Cristina Borges de Oliveira</i>
	44	Os desafios da formação do arquivista no Brasil <i>Renato Tarciso Barbosa de Sousa</i>
	59	Imagens e documentos fotográficos em arquivos <i>André Porto Ancona Lopez</i>

Arq. & Adm. Rio de Janeiro v. 8 n. 1 p. 1- 72 jan./jun. 2009

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Revisão técnica: Dilza Ramos Bastos

Editoração eletrônica: Gustavo Monteiro

Catologação na publicação (CIP)

Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) - 1A

Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v. : 23 cm.  
Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo - Periódico. 2. Gestão de documentos - Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

leg. 75708  
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

#### Diretoria

Presidente: Heloísa Esser dos Reis  
Vice-presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira  
1º Secretário: Maria Celina Soares de Mello e Silva  
2º Secretário: Isabel Cristina Borges de Oliveira  
1º Tesoureiro: Iram Araújo da Silva  
2º Tesoureiro: Pedro Ferreira de Moura Filho

#### Conselho Editorial

Paulino Lemes de Sousa Cardoso  
José Maria Jardim  
Lucia Maria Velloso de Oliveira  
Maria Celina Soares de Mello e Silva  
Maria Odila Fonseca (*In memoriam*)  
Paulo Elian  
Sérgio Conde Albite Silva

## EDITORIAL

A Revista *Arquivo & Administração* é a publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, cujo primeiro número foi lançado em 1972, e desde então vêm cumprindo seu objetivo de difundir a produção de conhecimento em Arquivologia no cenário brasileiro e em outros países.

O primeiro número de 2009 apresenta artigos com temáticas da maior relevância e em pauta na comunidade arquivística nacional e internacional. O primeiro artigo, **Os desafios para desenvolver um glossário comum para diferentes países e línguas no âmbito do Projeto INTERPARES 3: alguns exemplos da experiência do TEAM Brasil**, de autoria de Claudia Lacombe Rocha, diretora do TEAM Brasil do Projeto InterPARES aponta questões sobre o trabalho de tradução em desenvolvimento pela equipe brasileira, a partir do Glossário de termos produzido no âmbito do Projeto.

O artigo seguinte, **Padronizar, normalizar e definir pontos de acesso: o desafio da indexação arquivística**, de autoria de Isabel Cristina Borges de Oliveira, mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais insere a indexação na discussão do acesso aos acervos arquivísticos com propriedade, e indicando as relações do processo de indexação com os princípios arquivísticos e a fundamentação teórica da área.

Nesse número temos a honra de contar com a participação de dois professores do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília: Renato Tarciso Barbosa de Sousa e André Porto Ancona Lopez. O primeiro retoma conferência realizada no XV Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 2008, na cidade de Goiânia. O professor Renato Tarciso atualiza e amplia a reflexão apresentada no Congresso, e destaca no artigo **Os desafios da formação do arquivista no Brasil**, o impacto da pesquisa na formação do profissional e aos problemas enfrentados pelos arquivistas nas organizações contemporâneas. Já o professor André Ancona, em seu artigo **Imagens e documentos fotográficos em arquivos** aborda a problemática da divulgação das imagens e ressalta sua relação com a questão da organicidade arquivística.

Lembramos que o conteúdo dos artigos é de total responsabilidade dos autores.

Lucia Maria Velloso de Oliveira

RODRIGUES, Georgete Medleg; MARQUES, Angélica Alves da Cunha. A iniciação à pesquisa em Arquivística. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, Campos do Jordão. *Anais...* Campos do Jordão: ARQSP, 2005.

RODRIGUES, Georgete Medleg; MARQUES, Angélica Alves da Cunha. A inserção da Arquivística nos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, DF, v. 1, n. 1, mar. 2005.

SILVA, Armando Malheiro da et. al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1999.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O papel do estágio na formação profissional do arquivista: a experiência do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. In: JARDIM, José Maria (Org.). *A formação do arquivista no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1999.

## REFERÊNCIAS

## IMAGENS E DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS EM ARQUIVOS\*

**André Porto Ancona Lopez**

Doutor em História Social pela FFLCH/USP

Especialista em Arquivos pelo IEB-ECA/USP

Professor do Curso de Arquivologia do

Departamento de Ciência da Informação e

Documentação da Universidade de Brasília

apalopez@gmail.com

## RESUMO

A reflexão tem como foco a questão da disponibilização arquivística de imagens, abordando, mais especificamente questões relativas às informações orgânicas. Não se trata, portanto, de um painel técnico sobre e aplicativos que permitem a recuperação de conteúdos de imagem. Pelo contrário, a idéia é analisar, a despeito da contínua criação, inovação e disponibilização de "ferramentas" para o gerenciamento de conteúdo, como a informação orgânica, oriunda dos contextos administrativos, deveria ser tratada. Também é necessário considerar o fenômeno da reciclagem de conteúdos imagéticos em outros documentos, como, por exemplo, uma cópia da mesma imagem, produzindo dois documentos distintos. Na maioria das vezes, a divulgação eletrônica desses documentos é desprovida de informação a respeito da organicidade arquivística.

**Palavras-chave:** Documentos imagéticos de arquivo; Organicidade arquivística; Princípios arquivísticos; Descrição arquivística.

## Images and photographic documents in archives

## Abstract

The reflection is focused to the issue of archival dissemination of images, more specifically developing themes related to organic information. It does not intend to be a technical panel

\* Discussão aprimorada de trabalho apresentado na 8th Conference on Technical and Filed Related Problems of Traditional and Electronic Archiving, ocorrida em março de 2009 na Eslovênia. Alguns pontos foram ampliados a partir de debate realizado em palestra nossa dentro da série *Memória & Informação*, promovida pela Casa de Rui Barbosa, no mesmo ano.

*about programs of image content retrieval. On the contrary, the idea is to analyze, despite of the continuous creation, innovation and propagation of content management tools, how the organic information, which comes from administrative contexts, should be treated. It is also necessary to consider the phenomenon of recycling image content on different documents, as for example, a copy of the same image, producing two diverse records. On most of the times the electronic dissemination of those documents is devoid of any information related to their archival bond.*

**Keywords:** *Archival image documents; Archival bond; Archival principles; Archival description.*

Nos arquivos, a maior ocorrência de documentos imagéticos<sup>1</sup> é a de materiais fotográficos. Antes da invenção da fotografia, na primeira metade do século XIX, a ocorrência de documentos imagéticos era bastante restrita nos arquivos e constituída, geralmente, de mapas, croquis e esboços eventuais. A inclusão de documentos fotográficos nos arquivos ocorreu em um momento posterior à ampla difusão desta técnica na em amplos setores da sociedade<sup>2</sup>. A fotografia demorou a ser encarada como um recurso para a produção de documentos administrativos. Hoje, com a disseminação de tecnologias digitais de captura, armazenamento e difusão de imagens (com ou sem som, estáticas ou em movimento), as questões ligadas às particularidades técnicas das tecnologias se transformam, porém não a gestão dos documentos em si, posto que o problema geral permanece atual.

O descompasso entre a difusão da fotografia e sua plena incorporação às práticas administrativas<sup>3</sup> provocou uma valorização do registro fotográfico como imagem, em detrimento de seu papel enquanto documento; isto é, grande importância é atribuída à cena retratada e à técnica de execução, ao passo que não há uma preocupação com a contextualização arquivística do documento no âmbito das atividades de seu produtor. Ocorreu a construção de um consenso equivocado a respeito da força elocutória da imagem fotográfica, que falaria por si mesma. Hoje esse ponto ganha contornos mais

<sup>1</sup> Preferimos adotar o termo "imagético" para designar os conteúdos expressos por imagens. Entendemos que o tradicional "iconográfico", por sua etimologia, restringe as manifestações de imagens aos ícones passíveis de serem decodificados através de um sistema de representação dos significados, a leitura. Nem todas as imagens são icônicas, ou somente icônicas e nem todas as imagens são passíveis de serem "lidas". Um detalhamento, instrumental, dessa discussão pode ser visto em Lopez (2000).

<sup>2</sup> Aline Lacerda (2008) traça um excelente quadro retrospectivo sobre a incorporação dos documentos fotográficos nos arquivos.

<sup>3</sup> O mesmo trabalho de Aline Lacerda (2008) também historiciza a utilização das técnicas fotográficas nas atividades administrativas.

abrangentes com a criação de um instrumental técnico voltado para sistematizar e gerenciar os conteúdos da imagem.

As soluções apresentadas para o tratamento de material arquivístico imagético passam ao largo do âmago da questão. Genericamente, o documento é definido como qualquer informação fixada em um suporte, porém o documento de arquivo é um documento produzido por uma vontade administrativa e, na organização deste material, o mais importante é identificar essa vontade, ou seja: o contexto de produção. Para isso, é preciso saber: "quem", "quando", "como" e, principalmente, o "porquê" da produção arquivística dos documentos. O documento de arquivo é, antes de tudo, uma prova de que determinadas ações administrativas foram realizadas, mesmo que ele venha a se configurar posteriormente como registro cultural, histórico, e/ou social. A organização e a disponibilização de um documento de arquivo devem revelar a origem de sua criação administrativa e os vínculos diretos com os processos e as funções responsáveis por sua existência. O conceito de arquivo demanda ainda uma ação feita deliberadamente com o intuito de preservar os documentos após o cumprimento das atividades para as quais foram criados, como prova de tais atividades.

Os arquivos contemporâneos caracterizam-se pelo grande volume de documentos e pela coexistência de diversos suportes de informação. Ao lado do suporte tradicional, o papel, surgem filmes, fitas magnéticas, discos óticos e uma vasta gama de novas tecnologias que surgem a cada dia. Novos tipos documentais começam a ser agregados aos arquivos contemporâneos, expandindo o conceito de documento. A tendência é que tais arquivos tenham grande volume de documentos, com fracionamento dos procedimentos de registro, e estão propensos, por esse motivo, à perda de informação contextual. Na Internet o problema é agudizado, dado que é uma área de reciclagem de informação, por excelência. Em tal ambiente os documentos imagéticos costumam ter ampliada a frequência de reprodução visual de sua informação para novas finalidades, gerando novos registros, desprovidos de dados sobre tal transformação. Essa prática estimula a multiplicação de manifestações imagéticas de um mesmo conteúdo, pasteurizando os diferentes contextos e documentos. O exemplo a seguir ilustra a importância da contextualização arquivística para a compreensão plena do documento<sup>4</sup>:

<sup>4</sup> Exemplo extraído de Lopez (2009).



o episódio denominado “Queda de Saigon” (atual cidade de Ho-Chi-Min), em 29 de abril de 1975. A imagem supostamente representa cidadãos estadunidenses embarcando em um helicóptero, pousado no teto da embaixada daquele país, a ponto de decolar naquele que seria conhecido como o “último vôo” (ou, em uma acepção mais ideologicamente marcada, como o “vôo da liberdade”). Entretanto, na efeméride de 25 anos do fato, revelou-se que o edifício não poderia ser a embaixada, que a maioria das pessoas era vietnamita e que o helicóptero era de um tipo bem diferente daqueles utilizados pelas forças da retirada.

A capacidade da imagem de se descolar do contexto original, aliada à sobrevalorização de seus conteúdos, gera problemas quanto à definição e identificação apropriada do documento imagético. A situação agrava-se com a crescente disseminação de técnicas de reprodução de imagens. O próprio atributo de “espelho do real” (ainda que relativizado posteriormente<sup>6</sup>) é posto em dúvida quando a reprodução e/ou reciclagens de imagens fotográficas altera uma dada representação do “real”. Abre-se a brecha para a confusão entre veracidade e autenticidade. A veracidade diz respeito à qualidade das informações do documento. A autenticidade, para os arquivos, diz respeito ao processo de geração do documento. Em um documento imagético considerado isoladamente, a veracidade tende a ser confundida com a autenticidade da imagem, posto que não haverá dados para determinar o contexto do documento, sendo impossível estabelecer a autenticidade. Quando inserimos o documento dentro da organicidade de seu produtor institucional — ao invés de considerar a imagem isolada — a veracidade separa-se completamente da autenticidade.

Voltando ao exemplo, podemos dizer que para o arquivo pessoal do fotógrafo, a imagem é um registro de suas atividades profissionais durante a Guerra do Vietnã e representa uma cena em particular. Para Van Es, que é o titular arquivístico, o registro é tanto autêntico como verídico. Para a agência de notícias é outro documento, com o mesmo conteúdo interno, porém relacionado à atividade de difusão de notícias sobre a guerra. A despeito da identificação errônea da cena representada, esse segundo documento, para a agência de notícias, também é autêntico; nesse sentido, a veracidade não tem importância. Ela apenas terá relevo na relação entre a comunicação da agência noticiosa com seu público.

<sup>6</sup> Philippe Dubois (1994) faz um interessante histórico sobre a questão do realismo na fotografia, analisando três momentos: a fotografia como espelho do real, como transformação do real e como traço do real.

Porém tal relevância não se constitui como um objeto de trabalho dos arquivos.

Os dois exemplos que se seguem indicam como a identificação do significado de uma imagem somente pelo conteúdo, por meio apenas de seus elementos visuais, pode ser dúbia. Para a publicidade e para o entretenimento tal dubiedade, muitas vezes, pode ser tanto intencional como positiva, ou algo a ser dirimido com uma legenda e/ou texto explicativo. Nos arquivos, tal ambiguidade não pode ter lugar. O único modo de compreender o significado do documento é recuperar as finalidades que o criador teve para gerar e registrar, além de conhecer as razões da guarda do documento como arquivístico. Uma imagem isolada, geralmente, não apresenta nenhum elemento contextual no próprio documento, intensificando a problemática.

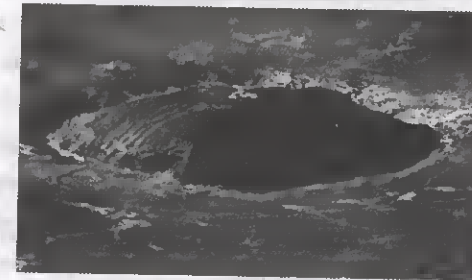


Figura 3: Epic landscape formations.

Fonte: ELEMENTAL 'earth art', 15: [http://3.bp.blogspot.com/\\_brIyg5OdFyg/Sou\\_Sjm74xI/AAAAAASK4/atJdaNxmCjc/s400/11.jpg](http://3.bp.blogspot.com/_brIyg5OdFyg/Sou_Sjm74xI/AAAAAASK4/atJdaNxmCjc/s400/11.jpg)



Figura 4. Participante da procissão da Semana Santa em Sevilla (Espanha).

Fonte: Fernández Durán et al. (1992, p.107).

O primeiro exemplo retrata uma grande cratera feita por um meteoro. Sem informações externas é muito difícil saber que:

- a) é um buraco e não uma elevação;
- b) a imagem está de ponta-cabeça.

Para a figura 4 a maioria dos observadores poderia dizer que a cena refere-se ao movimento racista estadunidense Ku-Klux-Klan. Na verdade, a fotografia representa uma manifestação católica em Sevilla (Espanha). Para as finalidades arquivísticas, entretanto, tal informação ainda não é suficiente: é necessário, sobretudo, conhecer quem é o produtor arquivístico do documento, por que esse criador produziu tal registro e por que o preservou.

A correta identificação do conteúdo é tão somente um possível ponto de partida. É preciso identificar antes a gênese administrativa dos documentos de arquivo. Sem ela, a própria compreensão do conteúdo pode ficar comprometida. A contextualização arquivística é, muitas vezes, a única alternativa para a compreensão de documentos

imagéticos dúbios ou imagens com efeitos de ilusão intencionais, como, por exemplo, o uso de falsa perspectiva. O contexto, dada a polissemia da imagem, é muitas vezes o único elemento capaz de direcionar a correta atribuição de significado para um dado documento. A resolução do problema aponta para o contraste existente entre os dois modelos principais para a organização de imagens fotográficas nos arquivos: por conteúdo (mais utilizado e de inspiração biblioteconômica); e pelo contexto (mais adequado aos arquivos).

A abordagem conteúdística tem a base teórica fundada nos princípios da biblioteconomia e da Ciência da Informação, priorizando a recuperação da informação visual presente na imagem, estando mais ligadas à gestão de informações do que à gestão de documentos. Costumam apresentar critérios de ordenação como sinônimos de classificação, visando a identificação individual (item por item) das imagens (não dos documentos). Geralmente utilizam instrumental advindo da biblioteconomia, como AACR2, unitermos, MARC, tesaurus, entre outros. Tendem a agrupar os documentos fotográficos como uma única série (ou classe, ou mesmo uma coleção à parte), tendo como referência os interesses de pesquisa de um grupo e as necessidades das técnicas para a preservação dos suportes, relegando não as atividades do contexto gerador.

A abordagem contextual tem a base teórica nos fundamentos da Arquivologia e está mais ligada à gestão de documentos, ao procurar levar em consideração a recuperação de conjuntos documentais pelas funções e atividades administrativas que os geraram. Deste modo, um mesmo fundo arquivístico pode ter séries diferentes compostas por documentos fotográficos. Na abordagem contextual, a classificação (ou arranjo) do fundo vem em primeiro lugar e é a condição *sine qua non* para que as atividades arquivísticas de descrição e recuperação de informação possam ocorrer. Por conseguinte, as ferramentas de recuperação biblioteconômicas são utilizadas somente em um segundo momento, como um complemento, nos casos em que a descrição por conteúdo é requerida. Quando a organicidade é levada em consideração, o documento fotográfico deixa de ser visto como um "arquivo especial".

Em linhas gerais, a diferença básica entre tais linhas de atuação reside na necessária distinção entre gestão de documentos de arquivo e gestão da informação. A gestão documental recai sobre os documentos arquivisticamente contextualizados, enquanto a gestão de informações concentra-se no conteúdo imagético dos documentos. Elas não são excludentes entre si. A gestão de informações isolada tem pouca valia quanto aos aspectos probatórios dos documentos. O conteúdo informativo do documento pode se



distanciar completamente do contexto de produção, como vimos no exemplo da DOPS/PR, seja ele imagético ou textual. No arquivo, portanto, é possível que documentos absolutamente distintos tenham o mesmo conteúdo.

Infelizmente, no Brasil há ainda uma forte tradição de realizar a exaustiva descrição dos conteúdos de imagens individualizadas antes (ou no lugar) da elaboração de um plano de classificação<sup>7</sup>. Muitas vezes, esse estado de coisas também é impulsionado pela ausência de políticas de preservação, o que obriga as instituições a separarem fisicamente o material fotográfico do restante do acervo antes de sua classificação. A imagem, como elemento integrante de outros documentos, não pode ter sua classificação dissociada; nestes casos, a imagem não existe enquanto unidade documental. O que pode — e deve — ser feito é tão-somente a separação física, devidamente referenciada, em função da conservação. A descrição arquivística, mesmo que feita em um nível de minúcia individualizada, deverá contemplar o documento como um todo, em cujo conteúdo a imagem constitui apenas parte da informação. Isso não exclui a possibilidade de uma referenciação parcial, baseada apenas no conteúdo das imagens, o que representaria uma atividade posterior à classificação arquivística — e complementar para a descrição documental —, inexistindo, na classificação, quaisquer procedimentos diferenciados quanto aos documentos imagéticos.

Ao referir-se à literatura arquivística voltada para a discussão do fenômeno da fotografia, Aline Lacerda (2008, p.20) vale-se do termo “aridez” para caracterizar a pouca quantidade de estudos. Seguindo tal metáfora poder-se-ia caracterizar como “desértica” a literatura arquivística relativa à fotografia em meio eletrônico. Os poucos estudos existentes ainda estão calcados em fotografias analógicas, cuja digitalização é feita em uma atividade de cópia (para fins de conservação) ou de reciclagem da informação (com a criação de um novo documento). Há uma falta de estudos mais sistematizados sobre os contornos que essa questão assume no documento que já nasce digital e tem seu acesso, divulgação e reciclagem integralmente no ambiente da *Web*. Não obstante, na essência, não há mudanças significativas; a não ser nos aspectos técnicos. Isto é a questão permanece a mesma, modificando-se, apenas, a abrangência do problema. Tal

<sup>7</sup> Em manual de descrição arquivística (Lopez, 2002) defendemos que tal atividade deve estar voltada para a sistematização das informações relativas aos diversos conjuntos documentais de um arquivo e das inter-relações destes com os respectivos documentos. Descrição arquivística, em tal acepção, refere-se à descrição da classificação do fundo e não dos conteúdos documentais.

idéia carece de estudos mais sistematizados, também relação aos documentos textuais. Alguns autores têm caminhado nesta direção, como, por exemplo, as diferentes fases do *Projeto Interpares*. Como modo de possibilitar a permanência da informação orgânica nos documentos imagéticos que já nascem digitais, alguns estudos vêm propondo a inserção, já no momento da criação do documento, de metadados específicos<sup>8</sup>. O problema é que nos procedimentos mais populares de reciclagem (“recortar e colar”, por exemplo) não há garantias de permanência de tais metadados<sup>9</sup>.

Em síntese, propomos que o documento imagético de arquivo seja, na prática, tratado como documento de arquivo, como defende Teresa Muñoz Benavente (1997), no célebre manual de arquivos fotográficos, “*o tratamento arquivístico aplicado às fotografias não difere, em termos gerais, daquele recebido pelo restante dos documentos de um arquivo*”. O importante nestas situações, independentemente da opção eleita para descrição, é o fato de tal atividade estar sempre direcionada pela classificação arquivística<sup>10</sup>. Deste modo, propostas de metodologias descritivas podem ser elaboradas em função da maior ou menor organicidade dos documentos. Os sistemas descritivos por assuntos — desde os mais simples aos mais complexos — só deveriam ser utilizados na organização quando não for mais possível recompor o contexto criador. Os princípios arquivísticos, em muitas circunstâncias, são a única maneira de garantir que o arquivo cumpra sua principal função, a finalidade de sua existência: ser prova de uma ação. Deste modo, a organização arquivística não pode ser negligenciada em nome da construção de tesouros ou mecanismos de busca eletrônica, embasados somente em conteúdos da imagem. Tais instrumentos são essenciais, porém devem ser utilizados como complementares à contextualização arquivística.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Edna de Souza; LOPEZ, André Porto Ancona. Influência da gestão arquivística na implantação do fluxo de trabalho digital na TV Senado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15., 2008, Goiânia. **Anais eletrônicos**. Goiânia: Associação de Arquivologia

<sup>8</sup> Ver, por exemplo, as pesquisas de Rosa Vasconcelos (2009) e Edna Carvalho (2008).

<sup>9</sup> De modo complementar, defendemos anteriormente (Lopez, 2004) que somente a manutenção dos princípios arquivísticos poderá garantir a permanência das características básicas dos documentos de arquivo, garantindo que eles possam exercer plenamente seu valor probatório.

<sup>10</sup> Em publicação internacional sobre imagens, discutimos (Lopez, 2005) com profundidade a necessidade de que a classificação arquivística seja considerada uma atividade prévia à descrição arquivística.

do Estado de Goiás, 2008. Disponível em: <[http://www.aag.org.br/anaisxvcbal/conteudo/resumos/comunicacoes\\_livres/ednaandre.pdf](http://www.aag.org.br/anaisxvcbal/conteudo/resumos/comunicacoes_livres/ednaandre.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2009.

DIGIFOTO: mapeamento e digitalização de documentos fotográficos de Maringá e Região. Brasília: UnB; Maringá: UEM, 2006. Banco de dados em Microsoft Access.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1994. (Ofício da Arte e Forma).

ELEMENTAL 'Earth Art': 15 Epic Landscape Formations. In: WORLD of mysteries: world of facts. 19 ago. 2009. Disponível em: <[http://worldmysteries9.blogspot.com/2009\\_08\\_01\\_archive.html](http://worldmysteries9.blogspot.com/2009_08_01_archive.html)>. Acesso em: 01 out. 2009.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. Cotia (SP): Ateliê, 1999.

LACERDA, Aline. **A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à Febre Amarela no Brasil**. Tese (Doutorado em História Social)- Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona. La clasificación archivística como actividad previa para la descripción de documentos imagéticos. In: AGUAYO, Fernando; ROCCA, Lourdes (Org.). **Imágenes e investigación social**. Mexico, DF: Instituto Mora, 2005. (Historia social y cultural).

\_\_\_\_\_. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: AESP/IMESP, 2002. (Projeto Como Fazer, 6). Disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes/texto\\_pdf\\_15\\_Como%20descrever%20documentos%20de%20arquivo\\_elaboracao%20de%20instrumentos%20de%20pesquisa.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes/texto_pdf_15_Como%20descrever%20documentos%20de%20arquivo_elaboracao%20de%20instrumentos%20de%20pesquisa.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Photographic document as image archival document. In: TEHNIČNI IN VSEBINSKI PROBLEMI KLASIČNEGA IN ELEKTRONSKEGA ARHIVIRANJA: referatov dopolnilnega izobraževanja s področij arhivistike, dokumentalistike in informatike v Radencih, 8., Maribor, 2009. **Tehnični in vsebinski Problemi ...** Maribor: Pokrajinski Arhiv Maribor, 2009. p. 362-272. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/15796/>>. Acesso em: 12 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Princípios arquivísticos e documentos digitais. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, v. 2, p. 70-85, 2004.

\_\_\_\_\_. **As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos**. 2000. Tese (Doutorado em História Social)- Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/15797/>>. Acesso em: 12 set. 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona; PENTEADO, Matheus; NASCIMENTO, Luiz Miguel. Norte do Paraná Sob vigilância: mapeamento e digitalização de fotografias produzidas pela DOPS-PR referentes à região Norte do Estado. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, n. 13, p.109-123, maio 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.ucep.br/index.php?journal=rhr&page=article&top=view&path%5B%5D=369>>. Acesso em: 29 set. 2009.

MUÑOZ BENAVENTE, Teresa. El patrimonio fotográfico: la fotografía en los archivos. In: MANUAL para el uso de archivos fotográficos: fuentes para la investigación y pautas de conservación de fondos documentales fotográficos. Santander: Universidad de Cantabria; Madrid: Ministerio de Educación y Cultura, 1997. p. 37-69.

SCHAEFFER, Jean-Marie. **A imagem precária: sobre o dispositivo fotográfico**. Trad. Eleonora Bottmann. Campinas: Papirus, 1996.

VAN ES, Hugh. The fall of Saigon. In: THE NEW York Times on the web – Specials: the fall of Saigon. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/learning/general/specials/saigon/110599saigon-pix.5.html>>. Acesso em: 19 jul. 2000.

VASCONCELOS, Rosa Maria Gonçalves. **Análise tipológica dos registros videográficos - máster das sessões plenárias do Senado Federal**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação do CID-UNB, Brasília, 2009.